

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2021

Ofício 009/2021.

Assunto: Retorno Presencial – Questões em aberto.

Ao Magnífico Reitor Prof. Dr. Rafael Barreto Almada.

Magnífico Prof. Dr. Rafael Almada,

No último dia 30/08 em assembleia-geral realizada pelo SINTIFRJ, a base decidiu pela criação de uma Comissão para acompanhamento das questões relacionadas ao retorno presencial. Fazem parte dessa comissão, servidores TAEs, docentes e discentes de diversos campi, além da Direx deste sindicato.

Desde então, viemos nos reunindo e nos debruçando sobre o tema no intuito de colaborar e dar segurança a comunidade acerca das decisões e protocolos para retorno presencial com segurança. Fomos informados na semana passada sobre a possibilidade de retorno já no pós-férias do próximo período (novembro/2021) e aproveitando a oportunidade de diálogo que teremos amanhã 15/09 com esta reitoria, trazemos algumas questões à tona.

Nesse sentido, a Comissão estabelecida por esta entidade em assembleia-geral da categoria, de forma coletiva, elaborou algumas perguntas que consideramos chave nesse processo de discussão sobre o retorno presencial.

Solicitamos, portanto, respeitosamente, que esta reitoria responda objetivamente as perguntas abaixo:

1. Há comissão local para estudo/organização do retorno presencial funcionando em todos os campi?
2. Há comissão local na Reitoria? E qual é a sua composição?
3. O COE ouviu as comissões locais para elaborar instruções de retorno às atividades presenciais?
4. As comissões locais dialogaram com os TAEs, docentes e discentes? Elas estão seguras em seus planejamentos?
5. Existe ou vai haver uma instrução de biossegurança unificada para todos os campi?

6. Existe alguma orientação sobre quem ficará responsável por ações como aferição da temperatura e observância dos protocolos de biossegurança nas áreas comuns dos campi e Reitoria?
7. Já foram providenciadas (compradas e afixadas) as sinalizações nos campi e na Reitoria?
8. Já temos uma data definida para o início do retorno presencial?
9. O orçamento dará conta das necessidades? Compra de insumos? Assistência estudantil? Pagamento de luz, água? Etc?
10. O prédio da Reitoria da Buenos Aires tem condições de receber os servidores para o trabalho presencial? E a obra? Qual é situação atual?
11. O prédio da Reitoria na Rua Pereira de Almeida, onde a maioria das salas não tem janela, já tem o seu planejamento de retorno?
12. As Pró-reitoras estão articuladas com as comissões locais para o planejamento de retorno das atividades pedagógicas?
13. Os funcionários terceirizados da conservação serão treinados? O quantitativo terá condições de suprir as novas necessidades de higienização dos ambientes?
14. Os terceirizados de segurança patrimonial serão treinados para recepcionar as pessoas?
15. Os alunos irão realizar suas refeições em espaços adequados nos campi?
16. Haverá um limite de tempo de permanência dos alunos na instituição?
17. O auxílio conectividade irá permanecer?
18. As chefias dos TAEs já estão planejando as escalas de trabalho?
19. Como está o andamento do GT de regulamentação do Trabalho Remoto?
20. A DGP já tem um levantamento sobre os servidores com comorbidades ou seus familiares?
21. Nas APNPs temos uma redução de 50% de carga horária. Para quem voltar ao presencial haverá a mesma redução de carga horária?

22. Os campi têm autonomia para decidir quais disciplinas e períodos voltarão ao presencial? Ou, de acordo com o comunicado enviado pela reitoria, o retorno será prioritário (ou exclusivo) para as atividades práticas?
23. Por atividades práticas devemos entender as ligadas aos laboratórios, às artes, à educação física? Quais seriam essas atividades práticas?
24. O retorno presencial das atividades práticas se dará dentro da excepcionalidade das APNPs? Ou seja, com redução de carga horária e manutenção das disciplinas básicas em regime remoto?
25. Esse retorno presencial buscará compensar a carga horária e/ou os conteúdos não contemplados?
26. Como ficará a carga horária da/os professora/es que tiverem turmas funcionando ao mesmo tempo no online e no presencial?
27. Qual o posicionamento da gestão sobre os servidores que se recusarem a tomar vacina pelos motivos diversos?
28. Há orçamento previsto para programas de testagem em massa? Como se dará o acompanhamento/evolução dos casos nos diversos campi?
29. A parte teórica das disciplinas práticas será realizada de forma remota?
30. Há orçamento pra compra de máscaras PFF2 (recomendada) para distribuir para TAEs, docentes e discentes?
31. Existe base legal para que a instituição possa exigir o comprovante de vacinação dos servidores que irão executar suas atividades presencialmente? O que fazer no caso dos que se recusarem a se vacinar?
32. A gestão pretende exigir comprovante de vacinação para os discentes que retornarem nesse primeiro momento?

Enviamos as perguntas com devida antecedência objetivando termos as respostas objetivas e diretas a estas perguntas até nosso diálogo de amanhã, para que este possa ser qualificado e construtivo e que possamos tomar, coletivamente, a melhor decisão dentro desse difícil e complexo contexto.

Subscrevemos com protestos de estima e consideração.

Direção Executiva – DIREX - Biênio 2021-2023

Av. Almirante Barroso 06 / salas 904/905 – Centro, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-000 – Tel: 21 2567-2499
E-mail: contato.sintifrj@gmail.com